

HISTÓRIA DAS MULHERES E ESTUDOS FEMINISTAS: UM DIÁLOGO ENTRE RAGO, RÜSEN e MCCULLAGH

THIAGO FERNANDO SANT'ANNA E SILVA
Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO

O presente artigo reflete sobre o trabalho das historiadoras à luz dos escritos de Margareth Rago, na perspectiva de constituição do campo de investigação conhecido como História das Mulheres e a sua abordagem feminista, pensados a partir da operação dos conceitos de "matriz disciplinar" construído por Jorn Rüsen e de "viés" de Mccullagh. Nesse percurso, os conceitos de objetividade e subjetividade serão associados à produção de um conhecimento ancorado em uma Epistemologia Feminista.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mulheres; Feminismo; Matriz Disciplinar; Viés.

ABSTRACT

This article aims to present a reflection on the work of historians in the light of Margareth Rago in the constitution perspective of the research field known as Women's History and its feminist approach, thought from the operation of the concepts of "disciplinary matrix" built by Rüsen and the concept of "bias" of Mccullagh. Along the way, the concepts of objectivity and subjectivity will be associated with the production of an anchored knowledge in Feminist Epistemology.

KEYWORDS: History of Women; Feminism; Disciplinary Matrix; Bias.

Escrever história é um desafio para nós na contemporaneidade, sobretudo após a propalada crise dos paradigmas, a emergência do movimento rotulado como pós-modernismo e o questionamento do estatuto de cientificidade da História. Como ponto de partida para nosso argumento, ressaltamos que fomos tomados de assalto por questões relacionadas com a história como discurso, como construção discursiva e como campo em litígio, emanadas das palavras da historiadora Margareth Rago, ao fazer a apresentação do livro de Jenkins, "A história repensada". Segundo ela, o que esse define como o percurso do trabalho do/a historiador/a é que

construímos, pois, uma trama e uma narrativa do passado a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social enfim, por nossa própria subjetividade¹.

A produção e a natureza do conhecimento histórico estão entre as imagens do pensamento de Rago, de acordo com o qual essas imagens de pensamento são construções posicionadas, "marcadas por nossa atualidade", pela incontornável "inserção cultural e social" de quem escreve a história, o que inclui sua própria subjetividade. Sob tal perspectiva, evidenciam-se as relações de poder que atravessam a operação historiográfica, o lugar de fala do autor, os interesses que norteiam seu trabalho, seus valores e sua época. A tese de que o saber é histórico, construído e datado reporta-nos também a Benedetto Croce, para quem toda história "é também contemporânea"², ou seja, o presente é nosso mirante. Não há como duvidar de que partimos das indagações do presente para analisar os vestígios do passado.

Assim, podemos perguntar: que ligações possui esta perspectiva de história com os interesses e anseios de uma época, vale dizer, com a "inserção cultural e social" da vida prática na qual nos inscrevemos? Qual o compromisso desta imagem de pensamento sobre o que é a história com noções caras à ideia de cientificidade, como, por exemplo, o trato com o empírico, o estabelecimento de recursos teórico-metodológicos, a confecção de uma narrativa e a obtenção de uma verdade? Quais os problemas decorrentes desta proposta de conhecimento histórico em relação à dicotomia clássica subjetividade/objetividade? Por último, assumir uma perspectiva feminista na produção do conhecimento histórico estabelece ou abala os alicerces de uma ideia científica da História?

Alguns caminhos que poderemos percorrer passam por uma observação mais acurada acerca dos aspectos relativos ao conhecimento histórico no que tange à vida prática e à vida científica. Nesse sentido, Rago destacou a relação entre historiadores e a vida prática no que diz respeito à "inserção cultural e social" destes e a presença da subjetividade na elaboração desse conhecimento. A relação entre ciência da história e vida prática não somente

¹ RAGO, Margareth. A história repensada com ousadia. (prefácio). In: JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 10.

² CROCE, Benedetto. História e Crônica. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 4ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 274.

define os limites do conhecimento no que tange aos interesses de onde se parte e as funções a serem cumpridas aonde se chega, mas reforça a tese de que este saber é histórico e, portanto, datado. Em suma, toda história possui historicidade.

Como uma *bandita*³, que rouba e desterritorializa conceitos, *deleuzeanamente*, reportemo-nos a Jörn Rüsen – um autor que não é feminista, que muitas vezes usa uma linguagem androcêntrica e que não escreve uma história das mulheres – para comentar as considerações de Rago, quando aquele apresenta três pertinências presentes na produção do conhecimento histórico científico: a “pertinência empírica”, que coaduna com Rago quando esta se refere às fontes existentes que dão aos fatos narrados a condição de “garantidos pela experiência”; a “pertinência normativa”, que são as garantias teórico-metodológicas que oferecem uma provisória validade ao conhecimento produzido, tomados por Rago como algo “escolhido”; e a “pertinência narrativa”, quando a elaboração de uma trama e de uma narrativa do passado se ajustam à relação entre o destinatário que se quer atingir e o sentido ali ressaltado⁴. Ou seja, todo conhecimento histórico só é válido quando possui sustentação documental (empírica), regras metodológicas, ainda que desenclausuradas de paradigmas dominantes, mas claras e coerentes (normativa) e uma narrativa capaz de encadear fatos e dar sentido à trama elaborada. Mesmo distantes no que se refere às abordagens, Rago e Rüsen tratam, de certo ponto de vista, de um mesmo assunto.

Ao nos subsidiarmos das reflexões sobre a teoria e prática histórica a partir de Rüsen, a nossa proposta aqui é tecer algumas ideias sobre as condições de produção de um conhecimento histórico comprometido com uma perspectiva feminista e seus efeitos nos critérios de subjetividade e objetividade. Nessa linha de reflexão, seria pertinente perguntar, a partir das teorizações de Rüsen, em que condições teórico-práticas seria possível pensar em uma “história feminista”? Percorrer tal problematização demanda que voltemos para um certo começo: do surgimento de uma história das mulheres à emergência de uma abordagem feminista.

Da inclusão das mulheres na História à construção de histórias feministas de mulheres

Já é consenso entre historiadoras, que a historiografia que privilegia as mulheres como sujeito e objeto da história emergiu no decorrer dos anos 1960/1970, quando as feministas passaram a compor os quadros da academia

³ SINGER, Linda. *Erotic Welfare*. New York: Routledge, 1992.

⁴ RÜSEN, JÖRN. *Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica*. (Trad. Estevão de Rezende Martins). Brasília: Unb, 2001, p. 91-92.

e politizaram o debate acerca das relações entre os sexos na história⁵. Como bem assinalou a historiadora Joan Scott,

a conexão entre história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicaram uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação⁶.

Inseparável da política, a história das mulheres abalou o âmago e as fronteiras do conhecimento histórico aspirante ao status de cientificidade, pois tanto desestabilizou o palco da cena histórica encenada somente por homens quanto demandou a construção do diálogo com outras áreas de conhecimento. Sobre essa perspectiva, Joan Scott nos alertou que, ao mesmo tempo em que o potencial legítimo do movimento político possibilitava a sua afirmação, não poderíamos tomar “a história das mulheres simplesmente como um reflexo do crescimento da política feminista externa à academia”, pois segundo Scott, “também é falho”⁷.

Mesmo assim, em decorrência desses encontros entre política e academia, as primeiras incursões da História das Mulheres deu-se em meio a suas afinidades com a História Social. Neste momento, a perspectiva acadêmica foi a de suprir uma lacuna na “História Geral”, a História do Homem e para o Homem, ao dar visibilidade para as mulheres “na História”. O movimento historiográfico foi, portanto, o de preencher a “História dos Homens” com a História das mulheres, impossibilitando qualquer movimento de mudança epistemológica mais profunda. Em resumo, os sentidos históricos captados e construídos teriam sido domesticados dentro da monofonia da linguagem masculina, isto é, dentro do que Elaine Showalter chamou de “ditadura do discurso patriarcal”⁸.

Em direção à insurreição dos feminismos contra o discurso patriarcal, surgiram as primeiras discussões acadêmicas em busca da elaboração de uma categoria de análise que respondesse a problematizações à altura dos anseios desta História das Mulheres⁹. Foi então que se percebeu que

a tarefa de reescrever a história exigia reconceituações que eles não estavam inicialmente preparados ou treinados para realizar.

⁵ Sobre o assunto ver: SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org) *A escrita da história: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

⁶ SCOTT, op. cit., p. 64.

⁷ Ibid., p. 66.

⁸ SHOWALTER, Elaine. A Crítica Feminista no Território Selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 36.

⁹ Sobre essas discussões ver: TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres, História Social. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994, p. 29-62. VARIKAS, Eleny. Gênero, experiências e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994, p. 63-94.

Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais¹⁰.

Gênero foi a “categoria útil para análise histórica”¹¹, incorporada às discussões em torno desta temática, no que se refere à análise da diferença sexual e, mais tarde, estendida à diferença dentro da diferença¹². A partir daí, ficou insustentável e abstrato demais usar uma categoria essencialista como “mulher”. Qual “mulher”? Reconhecer que existem mulheres de cor, lésbicas, judias, pobres, mães e solteiras, colocava-nos a constante necessidade de situarmos a “mulher” no tempo e espaço, em determinada sociedade e cultura.

Dessa forma, a superação do discurso patriarcal aprofundou-se no momento de irrupção da Crise dos Paradigmas e da emergência de um dos seus significativos empreendimentos intelectuais e culturais, os pós-modernismos. Entendido como um movimento político e, ao mesmo tempo, epistemológico, imbuído da ânsia de fazer da visibilidade e da voz dos oprimidos um caminho para a construção de um conhecimento específico e de emergência de epistemologias, os pós-modernismos alimentaram, no seio dos Estudos de Gênero e dos feminismos, a possibilidade de se constituir uma Epistemologia Feminista.

Neste caminho, ao trilhar pela possibilidade de construir uma forma específica de conhecimento histórico, a proposta de elaboração de uma Epistemologia Feminista significou a ruptura com a concepção que, anteriormente, pensava no caminho de “adicionar e arquivar” as mulheres à História Geral dos Homens¹³. Assim, ao invés de “inscrever” as mulheres em uma história totalizante e pré-construída do/no masculino, a “desconstrução da história geral” e a “reconstrução de novas narrativas”, marcadas, sobretudo pela emergência dos pós-modernismos, pela “virada lingüística” e pelos desafios dos feminismos, remodelaram a forma de se pensar a construção de uma história cujos sujeitos são mulheres e homens. Em contraposição a esse mecanismo impositivo da linguagem patriarcal, criaram-se condições para a viabilidade de uma história feminista, inscrita em uma “zona selvagem” que, segundo Showalter, ao “tornar visível o invisível, fazer o silêncio falar”¹⁴, elucida o lugar do “feminino” na experiência histórica.

¹⁰ SCOTT, op. cit., p. 86.

¹¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Realidade e Educação*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1990.

¹² Sobre este assunto ver: BUTLER, Judith. *Problema de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³ EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história. In: MALERBA, Jurandir (org). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 139.

¹⁴ SHOWALTER, Elaine. A Crítica Feminista no Território Selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 49.

Toda história das mulheres é uma história feminista?

De tal modo, a tentativa da História Feminista das Mulheres – melhor, *histórias feministas de mulheres* - em se afirmar como uma área de investigação, um campo de estudos autônomo no âmbito do conhecimento histórico, sustentado pelo comprometimento com uma perspectiva política, pode ser pensada em sua inscrição no “conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada”, chamado por Jörn Rüsen de “Matriz Disciplinar”¹⁵. Para este autor, trata-se de um termo técnico voltado para descrever “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada”. Nosso argumento é o de que, sob este ângulo rüseniano, é possível afirmar que esta história, enquanto uma área de pesquisa, é uma disciplina especializada por estar abrigada no conjunto de elementos propostos pela noção de “matriz disciplinar” de Rüsen. Nossa análise perpassará, portanto, pela elucidação dos possíveis fundamentos desta História das Mulheres – que emergiu nos anos 1960/1970, que passou a operar com o conceito de gênero nos anos 1970/1980 e que tornou possível emergir uma abordagem epistemológica feminista nos anos 1990 – como vertente do conhecimento, aspirante a condições específicas de cientificidade (o que inclui a crítica a uma ciência positivista e a adesão a uma abordagem pautada na diluição de fronteiras entre a ciência e a arte), da História.

O primeiro aspecto desta “matriz disciplinar” apontado por Rüsen se inscreve no campo dos “interesses” da vida prática, oriundos de uma carência de orientação no tempo. Nortear-se temporalmente define-se como fundamental para que homens e mulheres possam “orientar-se no fluxo do tempo, assenhorar-se do passado, pelo conhecimento, no presente”¹⁶. A compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis dentro deste raciocínio com a “recuperação” do passado, cabendo à Ciência da História estabelecer uma “reflexão específica sobre o passado”. Assim, elucidar os “interesses” sociais e individuais em torno da História Feminista das Mulheres é fundamental para que possamos elaborar uma leitura sobre a constituição desta enquanto ramo de uma disciplina acadêmica.

No caso em questão, a revolução feminista dos anos 1960/1970, que proporcionou a algumas mulheres a conquista de espaços antes restritos na sociedade, como locais de trabalho, ganhos salariais, combate à violência e acesso à universidade, sobretudo nos cursos de História, impulsionou a construção de um conhecimento histórico científico e legítimo, operado para acionar mecanismos capazes de garantir o estudo sobre o feminino no tempo. Localizar e analisar os rastros do passado das mulheres e redigir uma história que interpreta a vida das mulheres no tempo seria condição indispensável para criar condições para potencializar o agir das mulheres no presente e no futuro, bem como na projeção deste. Ao seguir a onda do feminismo, a História das Mulheres se fundamentou na aspiração de que os interesses compartilhados ali

¹⁵ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica*. (Trad. Estevão de Rezende Martins). Brasília: UnB, 2001, p. 29.

¹⁶ *Ibid.*, p. 30.

pelas mulheres pudessem transformar as situações reais como a subordinação, a invisibilidade e a violência contra as mulheres. Para ser mais preciso, é possível dizer que a relação da história das mulheres com os interesses da vida prática tem, à princípio, o interesse político de denunciar as desigualdades e a violência sofrida pelas mulheres. Além disso, com o avanço dos estudos feministas e de gênero, passou-se também ao interesse de revelar o caráter histórico e de construção destas desigualdades, especialmente o caráter histórico das identidades de gênero. Em suma, trata-se da construção de histórias que buscam no passado elementos que possibilitem romper e questionar as concepções de gênero binárias dadas como naturais e inquestionáveis, impedindo a igualdade entre homens e mulheres.

Não há como negar, portanto, que na base da História das Mulheres havia um interesse social impulsionado pelo feminismo – enquanto movimento social, político e cultural – que priorizou, dentro das suas práticas políticas, a crítica à desigualdade de gênero e a transformação da situação das mulheres na sociedade. Não há como desarticular, assim, o feminismo de História das Mulheres, mesmo que muitos/as insistam em afirmar que fazem uma história do feminino e não uma história feminista. Conforme já havia assinalado Soihet, as relações entre o escrever uma história das mulheres e o mobilizar-se politicamente em defesa das demandas das mulheres caminharam lado a lado, a ponto de podermos afirmar que: toda história das mulheres é, no seu sentido mais genérico possível, uma história feminista.

17

A onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres. Nos Estados Unidos, onde se desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais este se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se, propondo a instauração de cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres. (...) Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional¹⁷.

Em nossa reflexão sobre os fundamentos da História das Mulheres a partir dos conceitos de Rüsen sobre a “Matriz Disciplinar”, tratemos do conceito de “idéias” proposto pelo autor. Definidas como “critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital”¹⁸, e com estrita relação com a vida prática, as idéias “servem à transformação de carências motivadoras em interesses em agir”, ou seja, “elas conferem aos “interesses” a “direção”

¹⁷ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 276-277.

¹⁸ RÜSEN, op. cit., p. 31.

intencional que conforma a ação”, ao organizar “a interpretação que os homens têm de dar, de si mesmos e do mundo, ao querer [em] agir (ou modificar o mundo)”¹⁹. Entendidas por este autor como “critérios orientadores de sentido”, elas “constituem, assim, as perspectivas gerais na qual o passado aparece como história”.

A emergência das “idéias” em torno da História das Mulheres e das suas relações como o feminismo pautou-se por preocupações em torno da denúncia da “opressão”, do conflito como o “patriarcalismo”, dos anseios em prol da “emancipação” das mulheres e do “progresso feminino”, bem como dos próprios conceitos de “mulheres” e “feminino”, todos estes abrigados em pluralidade de definições. O conceito de “gênero”, por exemplo, é uma das idéias brilhantes construídas no interior de uma abordagem da História das Mulheres e dos Estudos Feministas. Assim, não há como não reconhecer que os conceitos operados nestes estudos revelam-nos uma pluralidade de concepções dentro do campo, abrigados em diferentes correntes teórico-metodológicas que compartilham ideais específicos. Algumas vertentes já obsoletas ainda permanecem, como aquela que trata das mulheres no singular e que busca apenas denunciar as opressões. Apesar de ser importante destacar o cuidado que pesquisadoras/es precisam ter para não cair em generalizações sobre a “história das mulheres”, “estudos feministas”, não podemos desvinculá-los de um ponto em comum: a crítica à desigualdade de gênero e a transformação da vida das mulheres, seja reformando o sistema, seja instalando um conflito homem x mulher, seja suprimindo a categoria “mulher”.

A partir de algumas destas “idéias”/conceitos, intelectuais e leigos/as passaram a orientar o seu agir na vida prática e acadêmica. Isso tornou a ação nestas duas esferas – prática e acadêmica – uma ação militante. Em referência à produção intelectual em torno do sujeito/objeto “mulher”, verificou-se o objetivo, sobretudo prático, de contribuir para as melhorias da “condição feminina” no mundo.

Logo, a produção de uma História das Mulheres consolidou-se com a realização dos três últimos aspectos da matriz disciplinar. A elaboração de abordagens singulares para análise das experiências femininas no passado, tomadas na sua pluralidade foi, portanto, indispensável para a efetivação deste campo de estudos, sejam aquelas que tomam emprestado os métodos da História Social, sejam aquelas que o fazem a partir da História Cultural. Dessa maneira, apesar de não haver um método exclusivo para se escrever uma história feminista das mulheres, destaquemos que, normalmente, esses métodos são construídos em diálogos interdisciplinares com outras disciplinas, assumindo, muitas vezes, uma proposta transdisciplinar.

Em meio a esse cenário de múltiplas abordagens, tanto as regras de pesquisa empírica quanto as categorias de análise específicas para compreensão destas experiências, tais como “gênero”, “condição feminina”, “patriarcalismo”, dentre outras, tornaram possível o modo como as perspectivas ou idéias em torno da História das Mulheres foram concebidas. No que se refere ao plano empírico, ao acompanhar a emergência da História Nova até a História Cultural, ampliou-se a noção de documentação, muito importante à

¹⁹ Ibid., p. 31-32.

História das Mulheres. Cartas, fotografias, diários, literatura etc, focalizaram novas áreas por onde ecoavam as vozes femininas e denunciaram a construção discursiva dos seus silêncios.

Em sequência, as “formas de apresentação” da História das Mulheres, exprimidas pela historiografia, constituem outro fator vinculado à matriz disciplinar que fundamenta a sua existência. Segundo Rüsen, entende-se que nelas “desembocam os processos de pesquisa do conhecimento histórico regulados metodicamente”²⁰. Apesar da existência de um campo de estudos dedicado à história das mulheres, ainda não está claro em que sentido este campo se converte em “disciplina”. O processo foi e ainda é problemático nas universidades. Em boa parte dos cursos de história não há uma disciplina exclusiva com o título “história das mulheres”, ao passo que os “estudos de gênero” se constituíram em disciplina em alguns cursos. Mas não podemos ignorar os problemas que esse campo ainda enfrenta no reconhecimento enquanto disciplina ou até mesmo como campo de conhecimento, em que pese a construção de ramos historiográficos específicos marcados por pesquisas sobre objetos como as mulheres no Brasil Colonial, mulheres na ordem burguesa, prostituição, dentre outros objetos de investigação indispensáveis para o entendimento do caminho percorrido pela História das Mulheres.

Por último, a História das Mulheres assumiria um papel que poderíamos definir como social-prático no que se refere à “função de orientação existencial” à vida prática no tempo, ao servir-se dos interesses anteriormente mencionados. Isso pode ser, de fato, sinalizado quando reconhecemos que as conquistas feministas no seio da sociedade foram indispensáveis para fazer emergir uma história das mulheres feminista, bem como significaram tornar possível mundos menos violentos e misóginos e mais filóginos (philos = amigo; gyne = mulheres)²¹. Transformados em informação disseminada no seio da sociedade, tais saberes empoderaram mulheres a partir de uma “experiência do tempo” passado, o que criou condições para a ação no tempo presente.

Isso nos permite tocar em um assunto delicado, porém habilitado dentro do referencial rüseniano que é referente ao conceito de “consciência histórica”. Sobre esse conceito, Rüsen o define como “realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária”²². Como fenômeno do mundo vital, de acordo com este autor, uma experiência com a consciência histórica orienta os fundamentos da ciência da história. A relação entre a consciência histórica e o mundo vital/prático é estabelecida pelo pressuposto de que

o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser

²⁰ RÜSEN, op. cit., p. 34.

²¹ RAGO, Margareth. Feminizar é preciso ou por uma cultura filógina. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol. 15, n.3, pp. 53-66.

²² RÜSEN, op. cit., p. 56.

viver no e com que é o caso. A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua paixão, em que se representa algo que não são²³.

Em que pese a linguagem androcêntrica de Rösen ("o homem", "os homens"), os aspectos até agora ressaltados relativos à "matriz disciplinar" da História das Mulheres e de histórias feministas de mulheres podem ser operacionais e têm por função primordial esclarecer "o contexto em que se relacionam a ciência da história e a vida prática dos homens no respectivo tempo", reconhecendo que "a história como ciência contribui para as mudanças na vida prática dos homens [e das mulheres] no tempo"²⁴. No caso aqui tratado, não há dúvidas de que a História das Mulheres se fundamenta prática e teoricamente com vistas a se afirmar como campo de investigação histórico autônomo. Mesmo que desconfiemos do conceito de "consciência histórica" acerca de sua generalidade e da concepção de sujeito nele embutida como a de um sujeito já dado, a emergência desta disciplina inclui o atendimento às expectativas tanto do feminismo quanto da sociedade em geral, em busca de mudanças na vida das mulheres, no tempo.

20

Histórias Feministas Enviesadas: objetividade, subjetividade

Ao prosseguirmos com nosso argumento, gostaríamos de dizer que, ao tratar da possibilidade de uma História das Mulheres assumidamente como uma História Feminista, não há como deixar de discutir questões relativas à objetividade/subjetividade, ideologia e verdade. Para tal, retornamos ao diálogo com Jörn Rösen.

Segundo este autor, temos à disposição duas opções. De um lado, a tese subjetivista que diz que "só é história o que os historiadores extraem do que aconteceu"²⁵. Esta perspectiva reforça a idéia de que o passado não existe a não ser por decreto dos historiadores. Por outro lado, existe a tese objetivista que "tende, inversamente, para o *dogmatismo*, no qual assertivas sobre as experiências dominantes do passado como fator determinante do agir estabelecem o que é história"²⁶. De acordo com esta perspectiva, a "redescoberta" da História dá-se pela repressão às interferências da subjetividade dos historiadores na elaboração do conhecimento. Tanto uma quanto a outra perspectiva tem em comum o fato de desvencilharem história e passado, objetividade e subjetividade, sem pensar nas conseqüências disto. Em nossa opinião, a opção por qualquer uma delas não resolve o problema, apenas

²³ RÜSEN, op. cit., p. 57.

²⁴ Ibid., p. 36

²⁵ Ibid., p. 68.

²⁶ Ibid., 71.

amplifica. Rüsen define como saída para esse impasse uma perspectiva nova, chamada por ele de "pluralismo". Nas palavras dele:

Tal pluralismo estabeleceria uma relação equilibrada entre memória e experiência. Ele projetaria o futuro, como ocasião de novas constelações temporais para além das do agir humano passado, e asseguraria, empiricamente, orientações para o agir referidas ao futuro²⁷.

Esta perspectiva mediana, entre os chamados radicalismos e conservadorismos, é vista como uma tentativa de solucionar o conflito dicotômico entre subjetivismo e objetivismo. No caso do nosso problema, nossa opção por uma História das Mulheres, abrigada numa perspectiva feminista, parece não se assentar confortavelmente na solução encaminhada. Isso porque a perspectiva feminista reforçaria, de um lado, um liame subjetivo, com interesses e valores explícitos, quando não tenderia para o objetivismo, ao buscar apresentar outra versão da história no lugar da precedente. Para além da subjetividade e da objetividade, a questão cerne diz respeito a uma ideia de compromisso com a verdade.

Para melhor expormos nossas concepções sobre objetividade/subjetividade em relação à perspectiva de uma História Feminista das Mulheres, mudaremos nosso interlocutor, de Jörn Rüsen para Behan McCullagh. Segundo esta autora, a escrita da história pode ser enviesada quando historiadores interpretam de modo incorreto uma evidência; quando, na compilação de fatos, os historiadores omitem fatos significantes; quando a descrição do passado implica fatos que, de acordo com a evidência disponível, são conhecidos como falsos; por último, quando, no estabelecimento de explicações causais de eventos históricos algumas, mas não todas as importantes causas, são mencionadas para que o leitor tenha uma impressão errônea do processo no qual o evento aconteceu²⁸.

Para McCullagh, os erros em uma história enviesada são motivados, não acidentais. E isso nos permite sustentar a argumentação de que, toda história é enviesada, cabendo aos historiadores e às historiadoras controlar metodicamente a pesquisa por meio dos "padrões de pesquisa racional", construir uma "história justa" do passado e administrar os vieses²⁹. Quanto mais esses vieses são controlados, maior é o compromisso com a verdade, melhor é o equacionamento do problema resultante da relação tensa entre objetividade e subjetividade.

No nosso caso em específico, nos caberia perguntar: de que forma uma história feminista poderia ser mais ou menos enviesada? Isso já faria desta uma

²⁷ Ibid., p. 72.

²⁸ MCCULLAGH, C. Behan. Bias in historical description, interpretation and explanation. In: *History and Theory*. (39/1), 2001, p. 40.

²⁹ Ibid., p. 55.

história subjetivista cujos interesses, valores, além da posição política, guiariam a produção da descrição, interpretação e explicação histórica? Para a autora

embora as histórias das mulheres possam ser justificadas com base em evidência disponível, elas serão inevitavelmente parciais, revelando apenas aqueles aspectos do passado que mulheres achem de valor, e geralmente concentrando-se sobre as experiências de mulheres em diferentes situações históricas³⁰.

A partir desta posição, sugiro uma resposta possível como a de que uma história feminista é assumidamente parcial e enviesada, como todas as histórias. Até aqui não nos distanciamos da posição de McCullagh, pois não há como negar a possibilidade de omissão de “fatos significativos” nesta perspectiva de história, uma vez que quem determina a “significatividade” do fato são os/as historiadores/as. Logo, uma história das mulheres prisioneiras na França, do início do século XIX, poderia alcançar uma condição de significância na sua escrita sem que se mencionasse a Revolução Francesa. Os acontecimentos que envolvem as experiências das mulheres poderiam ganhar mais destaque, importância e visibilidade aos olhos das historiadoras feministas, o que não quer dizer que exclua os homens destas histórias.

No entanto, não podemos concordar que tal história não tenha controle metódico, ou seja, não advogue do que Rösen chamou de “pertinência normativa”. Assim, a redação de uma história feminista das mulheres é a redação de uma trama enviesada, ancorada em um tipo de controle sobre um método de abordagem, assumidamente político (no sentido de alimentar os esforços de um grupo marginalizado para participar das decisões da sociedade), ideológico e, por fim, também enviesado. Um controle que não busca estabelecer verdades hegemônicas e universalidade de métodos. Longe disso, é uma história enviesada, comprometida como a pertinência de abertura de abordagens, invenções de métodos, criações de novos olhares.

Em consonância com McCullagh, não há como negar os vieses, mas administrá-los, trabalhá-los como eles a nosso favor, fazer deles o nosso horizonte para elaborar tramas de história. A nossa relação com a verdade é uma relação, portanto, como verdades parciais, que se contrapõe aos consensos e às hegemonias que direcionam as relações, assim como aos exercícios em torno do poder. À luz do diálogo que traçamos entre Rago, Rösen e McCullagh, uma história feminista das mulheres advoga pertinentemente em defesa de: uma concepção sobre o empírico onde tudo é documento e passível de ser analisado como um arquivo; uma concepção de normatividade de método onde todas as abordagens - interdisciplinares ou transdisciplinares – são possíveis, desde que historiadores/as explicitem suas próprias condições de produção de um conhecimento histórico; e uma concepção de narrativa onde todas as experiências são possíveis, desde que sejam testadas, podendo fazer emergir histórias entrecruzadas com a literatura – metaficcões

³⁰ MCCULLAGH, op. cit., p. 54.

historiográficas³¹ –, histórias marcadas por uma imbricada relação com experiências artísticas. Para além de pacificar o campo minado, uma história feminista das mulheres é uma história militante, capaz de assumir os laços entre existentes entre o poder e o saber que tanto orienta a produção de conhecimento em nossa sociedade.

Nesta perspectiva de história, os liames entre saber/poder não são ocultados, silenciados, podendo as relações de poder desempenhar, em relação ao saber, um papel de facilitação ou de obstáculo ao invés de se limitarem ao papel de favorecê-lo ou falsificá-lo. Desta forma, não haveria formação de um saber sem um exercício de poder que o sustentasse, da mesma forma que não haveria um exercício de poder sem a extração e a circulação de um saber, não sendo possível separar, de um lado, o conhecimento, a ciência, e de outro, a sociedade, o Estado.³² Uma história feminista de mulheres é uma história construída a partir de um grupo específico – as mulheres (mas passível de ser operada por outros grupos sociais) –, em defesa de histórias plurais, contra a História aparelhada pelo Estado dos homens, governado pelos homens e para os homens. É uma história que assume os liames entre o saber e o poder, sem desprezar os compromissos com o conhecimento científico e com a expectativa política de tornar a vida prática um outro mundo melhor para se viver.

Em torno desse combate contra a História institucionalizada pelos homens, como uma espécie de "máquina de guerra"³³, que a história feminista das mulheres nega a verdade única e, ao fazer emergir a possibilidade de uma epistemologia feminista, implacável na destruição das evidências e das fronteiras entre a objetividade e a subjetividade.

Dentre as evidências destruídas por essas histórias possíveis, não podemos deixar de destacar a morte do sujeito universal. O sujeito transcendente, homogêneo e, naturalmente, já dado, cai por terra na medida em que emergem os processos de subjetivação que constituem pessoas em mulheres e suas intrincadas relações com outros processos de subjetivação. Não se trata de construir uma história de mulheres isoladas em guetos, como ilhas que não impactam a História *dos Homens*, mas uma história que, ao abrigar as imagens arquivadas em documentos acerca da experiência de constituição de sujeitos como homens, desestabiliza verdades e elucida complexidades relacionais entre os diversos processos de constituição de sujeitos envolvidos. A relação entre os sexos e os gêneros é, portanto, imprescindível a esta história, o que significa que não se trata de uma história só de mulheres. Uma inversão a ponto de substituir o foco do sujeito Homem pelo sujeito Mulher e abrigar as mulheres na posição discursiva que foi, antes,

³¹ HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, ficção, teoria*. (trad. Ricardo Cruz). Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 146.

³² Sobre este assunto ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (trad. Roberto Machado). 16 ed., Rio de Janeiro: Graal, 2001.

³³ Sobre o assunto ver: DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. Tratado de Nomadologia. In: DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 05. 2ed. São Paulo: 34, 2012.

dos homens, é um caminho equivocado. Como historiadores/as escreveriam histórias dos sujeitos constituídos como homens depois de operar abordagens ancoradas na Epistemologia Feminista e nas histórias feministas de mulheres?

Não poderia deixar de ser, também, uma narrativa histórica marcada pela biodegradabilidade do campo conceitual específico, ancorada na fragilização da relação entre o sujeito e o objeto e, por conseguinte, da relação entre a subjetividade e a objetividade, marcada também pela destruição das evidências e da verdade. Ao ensaiarmos assim, como um modelo alternativo de ciência, a epistemologia feminista procura se tornar um conhecimento crítico da ciência até então constituída, formada com base no sistema patriarcal, centrado no sujeito masculino.

Nessa direção, vale ressaltar, com Margareth Rago, que, apesar da crítica epistemológica, "seria ingênuo considerar que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas"³⁴. Ou seja, não existe, conforme leitores/as já tenham, certamente, percebido, a opção por outra verdade – a das mulheres – mas é possível reconhecer uma perspectiva que anuncia o novo em diálogo crítico com o antigo. Podemos, assim, reconsiderar o que já foi dito e que, como uma perspectiva pós-moderna, "atua no sentido de subverter os discursos dominantes, mas depende desses mesmos discursos para sua própria existência física"³⁵.

Assim, a relação entre ciência "tradicional" e "ciência feminista" passa a ser uma relação de tensão, estabelecendo a segunda algumas críticas à primeira. Essa crítica vai de encontro com o que entendemos por sujeito universal. A epistemologia feminista proporciona à ciência uma estratégia de romper com categorias de análise incapazes de pensar a diferença, presas a um arcabouço totalizante e advogadas de um sujeito que fale por todos e de todos.

Igualmente, é uma das frentes da epistemologia feminista a crítica à obtenção de verdade – o que desdobra no reconhecimento de que a objetividade pura é inalcançável – e às relações entre saber e poder daí decorrentes. Como nos inspirou Foucault, os interesses que nortearam a produção de conhecimento científico, tomado como "o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno"³⁶, possibilitaram fazer emergir uma abordagem comprometida com o exercício de desconstruir verdades e não fabricá-las, desmontar a rede que as compuseram e não instituí-las.

Outros aspectos referentes à epistemologia feminista são passíveis de serem considerados, de acordo com Margareth Rago³⁷. No que tange à subjetividade, a proposta defende a incorporação desta como forma de conhecimento e não como obstáculo. Não se trata de um subjetivismo apontado por Rusen no qual a história só existiria a partir do decreto dos historiadores, nem de um dogmatismo que percebe nas falas das fontes o

³⁴ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: GROSSI, M. e outras (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Editora das Mulheres, 2000, p. 24.

³⁵ HUTCHEON, op. cit., p. 70.

³⁶ RAGO, op, cit., p. 25.

³⁷ Ibid., p. 32-34.

prelúdio da verdade. Podemos dizer que as histórias marcadas pelas epistemologias feministas incorporam objetividade e subjetividade dentro da perspectiva do "relativismo cultural". Nesta linha de pensamento, o conhecimento é relativo, histórico e datado, sem pretensões de continuidade infinita e validade universal. Isso não quer dizer que despreze a seriedade e as três pertinências e nem, ao menos, desconsidere a subjetividade porque a epistemologia feminista reivindica o reconhecimento da historicidade dos conceitos e a coexistência de temporalidades múltiplas. Ou seja, a instabilidade das categorias entra em confronto com o hermetismo cognitivo. Não existe infalibilidade no conhecimento por se tratar este de um construto biodegradável.

Dentre outros aspectos da Epistemologia Feminista destacados, situamos a interdisciplinaridade que reconhece no diálogo com outras áreas do conhecimento um caminho profícuo para pensar os problemas aqui ressaltados. Sem dúvida, estes diálogos favoreceram o conhecimento histórico no que tange à incorporação de novos temas, novos objetos e questões. Enfim, a interdisciplinaridade para a Epistemologia Feminista possibilita ampliar o leque de opções de pesquisa e elaborar novos instrumentos de análise. Mas ela pode ir além, pode operar em termos de uma transdisciplinaridade, quer dizer, impossível de ser capturada por uma única disciplina hegemônica, porque pode atravessar, simultaneamente, inúmeros campos de saber. Apesar de lançarmos mão da abordagem oriunda do conceito de "matriz disciplinar", não o tomamos como um conceito fechado, enclausurador do saber, até porque a concepção de disciplina de Rüsen não é quer dizer isso. Enquanto disciplina, uma história feminista de mulheres pode ser portadora de um viés teórico-metodológico aberto, em andamento. Lançar mão de Rüsen não é uma camisa de força aqui, mas em diálogo com outras estudiosas como Rago e Mcculagh, torna possível uma leitura aberta a pensar junto e em posição de confronto também. Por outro lado, não podemos deixar de considerar que a abordagem de Rüsen se fundamenta na resposta que dá aos interesses da sociedade, nas funções que cumpre na vida prática como orientação para a ação no presente e na projeção imagética de um futuro. Fundamenta-se também na constituição de um campo de saber teórico e metodológico provido de regras, métodos e historiografia, constantemente reinventados. No que se refere à questão das verdades, a abordagem assentada na episteme feminista não se preocupa em obter as verdades, mas em compreender as formas como diversos grupos sociais instituem verdades sobre as relações entre homens e mulheres, vivendo a partir delas. Uma história feminista, marcada pela Epistemologia Feminista, reconhece a sua inscrição em um determinado tempo e espaço, sociedade e cultura, bem como a adoção "um olhar, dentre vários outros possíveis"³⁸ que, subjetivamente, marcam a diferença, na invenção de uma história. Trata-se de uma história de insurreição contra a História do sujeito universal, ancorada na ideia de Homem. Escrever uma história feminista é empreender, dessa maneira,

³⁸ RAGO, op. cit., p. 10.

diálogos improváveis, mas possíveis. É empreender um combate por múltiplas histórias.

Sobre o autor

Thiago Fernando Sant Anna e Silva possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2002), graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2014), mestrado em História pela Universidade de Brasília (2005), doutorado em História pela Universidade de Brasília (2010) e pós-doutorado em Artes e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (2012). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Cidade de Goiás e do Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes e Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais/UFG. E-mail: thiagof.santanna@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 10 de junho de 2015.